



**Denise Pereira
(Organizadora)**

**Diversidades:
Diferentes,
não
Desiguais 2**

Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais 2 /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-091-9

DOI 10.22533/at.ed.919190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO	
Francisca Maria da Silva Barbosa Iara Maria de Araújo Tatiane Bantim da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.9191905021	
CAPÍTULO 2	14
DEL ESTIGMA AL SUJETX POLÍTICX: UNA ARQUEOLOGÍA DE LA MEMORIA HISTÓRICA TRANS SALVADOREÑA	
Amaral Arévalo	
DOI 10.22533/at.ed.9191905022	
CAPÍTULO 3	31
PRECISAMOS FALAR SOBRE A REPRESENTATIVIDADE LÉSBICA: UMA ANÁLISE DO FILME AZUL É A COR MAIS QUENTE	
Glaucy de Sousa Santana	
DOI 10.22533/at.ed.9191905023	
CAPÍTULO 4	41
SAUDOSA AMÉLIA - A CRISE DA MASCULINIDADE FRENTE ÀS “MULHERES MODERNAS”	
Ingrit Machado Jeampietri de Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.9191905024	
CAPÍTULO 5	54
RECORTES DA SUBALTERNIZAÇÃO FEMININA EM OLHOS D'ÁGUA DE CONCEIÇÃO EVARISTO	
Ana Caroline Genésio Rodrigues Maria Aparecida Nascimento de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.9191905025	
CAPÍTULO 6	64
UM CHOPP PRA DISTRAIR: DISCURSO PUBLICITÁRIO E GÊNERO	
Anselmo Lima de Oliveira Alfrancio Ferreira Dias Simone Silveira Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.9191905026	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE RAÇA E GÊNERO	
Júlia Castro John	
DOI 10.22533/at.ed.9191905027	
CAPÍTULO 8	80
TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO DIREITO BRASILEIRO	
Anna Christina Freire Barbosa Walney Moraes Sarmiento	
DOI 10.22533/at.ed.9191905028	

CAPÍTULO 9 91

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE O PÚBLICO LGBT COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ EM LOCAIS HOMOAFETIVOS NA CAPITAL CEARENSE

David Sousa Garcês
Fábia Costa
Diêgo Matos Araújo Barros
Neila Fernanda Pereira de Souza Diniz
Valeska Denise Sousa Garcês

DOI 10.22533/at.ed.9191905029

CAPÍTULO 10 100

UNIVERSIDADE PÚBLICA E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA UFAC

Fabiana Nogueira Chaves
Maurício Pimentel Homem de Bittencourt

DOI 10.22533/at.ed.91919050210

CAPÍTULO 11 116

A ESCRITURA DE AUTORIA FEMININA EM A PAIXÃO DE LIA, DE BETTY MILAN, E AS DOZE CORES DO VERMELHO, DE HELENA PARENTE CUNHA

Giovanna de Araújo Leite

DOI 10.22533/at.ed.91919050211

CAPÍTULO 12 126

A INTERFACE DO SEMBLANTE E DA PULSÃO ESCÓPICA ATRAVÉS DO RELANCE DO RAPAZES ALEGRES EM QUEER EYE

Eider Madeiros
Hermano de França Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.91919050212

CAPÍTULO 13 138

A APROPRIAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NA FICÇÃO COMO ARTIFÍCIO FIRMADOR DO DISCURSO MACHISTA

Raíssa Feitosa Soares
Emannuely Cabral de Figueiredo
Lissa Furtado Viana
Otávio Evangelista Cruz

DOI 10.22533/at.ed.91919050213

CAPÍTULO 14 147

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE KEHINDE E RAMI: UMA ANÁLISE DA OBRA DE ANA M. GONÇALVES E P. CHIZIANE

Aparecida Gomes Oliveira
Lídia Maria Nazaré Alves
Rhanielly Gomes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.91919050214

CAPÍTULO 15	158
A INFLUÊNCIA QUE O CONSELHO DA MULHER EXERCE NO TOCANTE A GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA	
Sara Regina Santos Oliveira	
David Sousa Garcês	
Fábia Costa	
Diêgo Matos Araújo Barros	
Valeska Denise Sousa Garcês	
DOI 10.22533/at.ed.91919050215	
CAPÍTULO 16	166
A CAPOEIRA ANGOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
Janayna Rocha Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.91919050216	
CAPÍTULO 17	180
A REPRESENTAÇÃO DA GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA EM TERRA SONÂMBULA	
João Philippe Lima	
Daniela de Sousa Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.91919050217	
CAPÍTULO 18	190
AS REPERCUSSÕES DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PADRÃO DE SAÚDE-DOENÇA DA POPULAÇÃO NEGRA NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA	
Luysa Gabrielly de Araujo Moraes	
Regina Moraes da Silva Araujo	
Lucas Paoly de Araujo Moraes	
José João Araujo Neto	
Janice Alves Trajano	
DOI 10.22533/at.ed.91919050218	
CAPÍTULO 19	197
BRASIL: A ÁFRICA NA AMÉRICA DO SUL	
Jorge Yuri Souza Aquino Leite Rodrigues Lins	
Maria Eduarda Henrique Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.91919050219	
CAPÍTULO 20	205
BRUXA E ADÚLTERA (A <i>GLORIOSA FAMÍLIA</i> (1997), DO ANGOLANO PEPETELA)	
Denise Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.91919050220	
SOBRE A ORGANIZADORA	219

A CAPOEIRA ANGOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Janayna Rocha Magalhães

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de
Ciências Sociais
Uberlândia - MG

RESUMO: A redemocratização brasileira pós-1985, fez surgir no Brasil um novo ciclo de mobilizações mais centradas na problemática da exclusão social. Este estudo foi realizado partindo-se de uma perspectiva dos movimentos sociais enquanto grupos que enfocam suas atividades nas práticas sociais, exercidas por agentes sociais que buscam a construção e ampliação da cidadania na sociedade civil. Nesse contexto, o estudo do *Projeto Capoeira Angola*, promovido pelo grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa da cidade de Uberlândia – MG serviu como uma forma de investigar como se realiza na prática a construção da cidadania pelos movimentos sociais. Neste sentido, esta pesquisa teve por objetivo estudar o formato organizacional e o conteúdo de ação do grupo de capoeira angola em seu intuito de trabalhar em direção ao fortalecimento de um segmento da sociedade civil. Pretendeu-se também analisar quais as linhas de ação dos movimentos sociais na sua tentativa de assumirem um papel ativo na luta pelos direitos de cidadania. Nesta investigação, os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise de documentos e dos

projetos já realizados pelo grupo, e entrevistas com os membros do grupo. Nossa análise procura mostrar que, através de seus projetos de inclusão social, o grupo vem se empenhando na prática do exercício da construção da cidadania, criando espaços alternativos de atuação política, social e cultural. A proposta deste estudo centrou-se em proporcionar a ampliação do entendimento sobre práticas sociais que envolvem a questão da construção e exercício da cidadania na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania, Movimentos Sociais, Capoeira Angola.

ABSTRACT: The Brazilian redemocratization post-1985, made appear in Brazil a new cycle more centered in mobilizations on the problematic of the social exclusion. This study was accomplished through a perspective of the social movements while groups that focus its practical activities in the social exercises, exerted for social agents who search the construction and magnifying of the citizenship in the civil society. In this context, the study of the *Capoeira Angola Project*, promoted by the Capoeira Angola Malta Nagoa group from the city of Uberlândia - MG, served as a form to investigate how it happens in the practical the construction of the citizenship through the social movements. This research had as objective to study the organizational format and the content

of action of the group in its intention to work in direction to the reinforcement of a segment on the civil society. It's also intended to analyze which the lines of action of the social movements in its attempt to assume an active role in the fight for the rights of citizenship. In this inquiry, the methodological procedures had been the analysis of documents and the projects already carried through by the group, and interviews with the group members. Our analysis try to show that, through its projects of social inclusion, the group comes to exerting themselves the practice of exercise the construction of citizenship, creating alternative spaces of politics, social and cultural performances. The proposal of this study was centered in providing the magnifying of the agreement on practical social that involves the question of the construction and exercise of the citizenship in the Brazilian society.

KEYWORDS: Citizenship, Social Movements, Capoeira Angola.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por objetivo investigar, através de um estudo de caso, as formas de ações coletivas promovidas pelos movimentos sociais que tentam assumir um papel ativo na produção de suas próprias formas de vida bem como na luta e conquista pelos direitos de cidadania.

Nas duas últimas décadas, segmentos populacionais da sociedade civil vêm procurando criar espaços alternativos de atuação em busca de uma solução aos seus problemas. De acordo com Scherer-Warren (1999), esses segmentos são formados por um conjunto de sujeitos sociais, como os movimentos sociais, as associações civis e as ONGs. Os movimentos sociais urbanos, alcunhados por alguns acadêmicos como “novos movimentos sociais”, se configuram como uma dessas formas de ação coletiva. Surgidos em meados da década de 1980, esses movimentos direcionam suas ações às temáticas relacionadas ao acesso à cidadania e à inclusão social.

A dificuldade em se fazer uma teoria dos movimentos sociais reside no fato de que não existe um único conceito de movimentos sociais, este varia de acordo com o tempo e com o espaço - histórico e cultural - existentes em cada sociedade. De acordo com Gohn (1997), os movimentos “transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais” (GOHN, 1997, p.12). Assim, os movimentos sociais têm por característica propor inovações e indicarem novos rumos da mudança social.

Dentre as diversas propostas utilizadas em abordagens que buscam explicar a relação tripartite (sociedade civil/Estado/mercado), alguns autores vêm trabalhando o conceito de sociedade civil elaborado por Cohen e Arato a partir da teoria da ação comunicativa de Habermas. Baseando nessa perspectiva, a sociedade civil será aqui entendida como

o espaço social onde nascem e se organizam associações voluntárias (autônomas em relação ao mercado e ao Estado), chamadas de movimentos sociais ou populares, organizações não-governamentais, grupos de mútua-ajuda, entidades filantrópicas e outros semelhantes. (SCHERER-WARREN, 1999, p.43)

Nesse contexto se inscrevem os movimentos sociais que procuram conquistar um espaço autônomo e democrático de organização frente ao Estado e ao mercado. Os objetivos dos movimentos sociais podem visar à reprodução e manutenção da cultura, formação de identidades e solidariedade, entre outros. Cada grupo dos movimentos sociais pode apresentar diferentes perfis e formas de organização, que variam de acordo com os interesses que estão em jogo na resolução de questões que envolvem principalmente, a sociedade civil e o Estado.

O que esses movimentos começaram a questionar seria o acesso à igualdade dos direitos de cidadania, aqui entendida como o acesso por parte dos indivíduos da sociedade aos direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.

Através de uma análise das teorias utilizadas durante a pesquisa, o que se mostrou como mais importante a ser analisado não foi a quantidade de entidades existentes ou quais tipos de ações realizadas, mas a forma como a construção ou ampliação da cidadania se realizava através das ações desses grupos e qual seria o seu alcance na sociedade. Assim, tornou-se necessário fazer o estudo de um grupo específico, analisando como se dava sua formação e quais os propósitos que embasavam as formas de agir coletivamente no espaço da sociedade civil. Nesse processo, foi escolhido o grupo de capoeira angola *Malta Nagoa* da cidade de Uberlândia, pelo fato de já haver estudado anteriormente os projetos sociais realizados pelo grupo, ficando estes projetos denominados de *Projeto Capoeira Angola*.

O estudo do *Projeto Capoeira Angola* possibilitou analisar na prática como se dava a realização de ações de indivíduos que enfocam suas atividades nas práticas sociais buscando a construção e ampliação da cidadania na sociedade civil. No caso do *Projeto Capoeira Angola*, foi possível perceber a inclusão social de comunidades periféricas através da educação, cujas atividades são realizadas de forma a atender demandas no universo micro das comunidades.

Assim, se analisarmos essa dinâmica pelo viés das ações dos movimentos sociais, pode-se perceber que este, nos últimos anos, vêm funcionando ainda que de modo incipiente, como uma forma de agir nas relações entre o Estado e a sociedade civil, no intuito de promover resoluções das demandas da sociedade civil. Os movimentos sociais podem ser analisados, nesse contexto, como uma luta pelo exercício da cidadania, como o acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico.

A proposta metodológica se desenvolveu de forma qualitativa e dividiu-se em etapas. Num primeiro momento da pesquisa foram feitas leituras sistematizadas com o objetivo de apresentar aspectos da teorização sobre os movimentos sociais e cidadania e as discussões sobre o assunto por alguns autores. Num segundo

momento, o universo desta pesquisa se deu em torno do grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa da cidade de Uberlândia, visto que através dos projetos, o grupo procura promover a inclusão social. As discussões e resultados da pesquisa foram divididos em três capítulos.

2 | CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

No primeiro capítulo foi trabalhado o referencial teórico, o que possibilitou uma melhor esquematização da formação e desenvolvimento dos movimentos sociais e da cidadania no Brasil, abarcando ainda conceitos relacionados à questão do Estado e da democracia em relação ao processo de construção da cidadania no tecido social brasileiro.

No Brasil, o processo de globalização coincide com o fim do período da ditadura e início da redemocratização, o que propiciou o surgimento de uma nova forma de organização dos movimentos sociais, sob a ótica dos direitos sociais coletivos e da cidadania de grupos sociais oprimidos e discriminados. A temática dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade e status de objeto científico de análise a partir da década de 1960, período em que a própria sociedade passou a encarar os movimentos sociais como fenômenos históricos concretos.

As experiências de ações coletivas mais recentes apontam duas inovações principais: uma quanto ao formato organizacional (redes, parcerias, iniciativas cidadãs, campanhas de solidariedade, etc.); outra quanto ao conteúdo da ação (sentido da cidadania, justiça social, qualidade de vida e questões relacionadas). Procuramos estudar a existência, na prática, de um segmento dos movimentos sociais diferentes das ONGs e outros tipos de movimentos institucionalizados. O conhecimento dos projetos desenvolvidos pelo grupo de Capoeira Angola nos levaram a estudar suas ações como forma de verificar a ocorrência ou não desses grupos, e qual a sua amplitude de ações na sociedade civil.

Nesse processo de análise, tornou-se necessário perfazer um desenvolvimento do conceito de cidadania a da importância dos seus direitos na sociedade civil. Uma das definições clássicas do conceito atual de cidadania no seio das ciências sociais pode ser encontrada na obra de Marshall (1967), o qual coloca-se como desafio refletir sobre as condições de igualdade civil e política em contextos marcados por desigualdade sócio- econômica estrutural – caso das sociedades capitalistas modernas. Vale dizer, Marshall lida com o conceito de cidadania a partir de três dimensões: civil, política e social. Os direitos civis dizem respeito à liberdade individual, os direitos políticos dizem respeito à participação no exercício do poder político e os direitos sociais se referem à segurança e ao bem-estar econômico. No caso da Inglaterra, os direitos civis surgiram no século XVIII, ao passo que os direitos políticos e os direitos sociais foram institucionalizados respectivamente nos séculos XIX e XX.

Algo diferente deu-se com o processo de construção da cidadania no Brasil. De acordo com Carvalho (2002), a institucionalização de cada uma daquelas três dimensões a que se referiu Marshall (direitos civis, políticos e sociais) ocorreu de maneira diversa àquela experimentada pela Inglaterra. Enquanto no caso inglês pôde-se observar um conjunto de lutas populares, envolvendo setores cada vez mais amplos, em direção a conquistas que se materializaram na institucionalização de direitos, o caso brasileiro parece ter-se dado “de cima para baixo”, ou seja, a partir de interesses particulares “encastelados” no aparelho do Estado.

Nesse sentido, percebe-se que as diferenças do Brasil em relação ao caso inglês não se limitam a uma mera questão cronológica. Trata-se também da forma peculiar com que os direitos têm sido introduzidos ou suprimidos do tecido normativo brasileiro: mesmo tendo-se formalmente completado o ciclo de institucionalização de direitos e deveres, na prática, a cidadania não consegue atingir vastas partes da população

Assim, desde o período colonial, o Estado atuava de forma democrática limitada. Na Primeira República Brasileira (1889-1930) também conhecida como “democracia oligárquica”, a questão da cidadania se mostra bastante precária, porquanto havia a possibilidade de vislumbrar uma brecha de direitos civis com o fim da escravidão, era apenas na lei, visto que os ex-escravos não conseguiam exercer suas plenas liberdades civis. No que diz respeito aos direitos políticos, estes eram vedados às mulheres e analfabetos, assim como aos ex-escravos, que não podiam votar. A participação na política nacional era limitada à elite burguesa. Apesar de a Primeira República se tratar de um sistema de democracia, esta não atrelava a cidadania plena a seus cidadãos.

Com a queda da Primeira República, pode-se dizer que houve um avanço do ajuste da cidadania ao sistema político. De acordo com Carvalho (2002), os direitos civis aqui levaram uma vantagem, com a criação do Ministério do Trabalho e das leis trabalhistas. Mas não causaram grande impacto na sociedade por terem surgidos em um governo elitista/clientelista e também pelo fato de os direitos políticos e civis terem alcançado um avanço mínimo.

A partir de 1945, há uma melhoria no processo de introdução dos direitos políticos com a instauração de mais partidos políticos, mas de contrapartida há uma desaceleração dos direitos sociais. No período populista, o início da construção da cidadania se faz de “cima para baixo”, ou seja, o governo, comandado pela elite burguesa, doa os direitos de cidadania à população de acordo com seus interesses. Aqui o povo não participa diretamente da democracia, mas se insere nela ao apoiar os líderes fortes e populistas, a exemplo do governo Vargas.

Em 1964, os direitos civis, políticos e sociais que estavam ainda que de forma precária, instaurados no regime democrático brasileiro, foram novamente sufocados pela repressão imposta pela ditadura militar. Durante o período autoritário houve retrocessos e avanços da cidadania, mas de maneira incipiente.² Com o fim do regime militar, se inicia, em 1985 o período da redemocratização no Brasil. Carvalho (2002) salienta que

a democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual. (CARVALHO, 2002, p. 199)

De acordo com Saes (2001), o período da redemocratização até a atualidade representa ainda uma democracia limitada. O processo de redemocratização no Brasil em fins da década de 1980 e início da década de 1990 não atende os interesses e necessidades da sociedade em geral, a qual, apesar de poder exercer seus direitos políticos e terem conquistados alguns de seus direitos civis e sociais, não vê todos os seus direitos sendo exercidos, na prática, de maneira igual a todas as classes sociais. Ou seja, a cidadania no Brasil não é exercida de forma plena, já que as massas populares não têm acesso a vários de seus direitos de cidadãos.

Assim, no período atual, os sujeitos da sociedade têm procurado agir de forma mais autônoma na resolução de seus problemas sociais ao trabalharem em grupo. Esses grupos, denominados por alguns teóricos como os novos movimentos sociais, procuram agir como alternativa para a intermediação dos interesses na formação de consensos no nível da esfera pública. Ao estudar o *Projeto Capoeira Angola*, este trabalho teve por objetivo estudar os movimentos sociais enquanto grupos que enfocam suas atividades nas práticas sociais, sendo estas exercidas por agentes sociais que buscam a construção e ampliação do exercício da cidadania.

3 | A CAPOEIRA ANGOLA

O segundo capítulo buscou traçar um perfil da história da capoeira no Brasil, além de uma análise do *Projeto Capoeira Angola*, perfazendo um exame do conjunto de projetos sócio-culturais já realizados pelo grupo de capoeira em questão, aqui considerado como um segmento dos movimentos sociais.

A capoeira costuma ser comumente descrita como uma luta que os escravizados africanos e seus descendentes desenvolveram no Brasil. Um dos principais aspectos que caracterizam a capoeira é a sua ligação identitária com a cultura negra e a sua prática como forma de resistência. A capoeira foi criada e utilizada pelos escravizados como uma das principais formas de resistência ao senhor escravocrata. Com a abolição da escravidão, o negro, que era visto como marginal na sociedade pré e pós-republicana, continuou a utilizar a capoeira como forma de defesa ao sistema social de desigualdade em que estava inserido, através da sua prática em grupos, conhecidos como maltas.

Desde a década de 1870 e mesmo após o fim da escravidão e a instauração da República, a capoeira, por ser praticada pelo negro como defesa e como manifestação

de sua cultura, era vista como crime. A criminalização da capoeira até início do século XX era um modo de marginalizar a cultura negra, e tal fato ocorria devido à hierarquização das classes - que era velada pelo mito da democracia racial. A capoeira foi criada no Brasil como uma forma de resistência: resistência do escravo ao senhor, resistência do negro ao branco, resistência à força do caráter excludente que existe desde o Brasil colonizador e escravocrata, e que persiste até hoje.

Ao longo do século XX, a capoeira se tornou objeto de investigação de diversos autores. Existem estudos mais recentes e detalhados sobre a capoeira no século XIX com as publicações de *A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)* de Carlos Eugênio Líbano Soares (2004); *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* de Mary C. Karasch (2000), *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX* de Thomas Holloway (1997), *O mundo de Pernas pro Arde* de Letícia Vidor de Souza Reis (2000), entre outras importantes obras.

Por falta de dados ou pesquisas historiográficas a respeito da capoeira no Brasil durante os séculos XVI a XVIII, não se sabe ao certo a origem da capoeira. Apesar dessas variações, há um consenso geral de que a capoeira tem origem nos africanos escravizados trazidos principalmente de Angola, a partir de uma manifestação cultural chamada N'GOLO, também conhecido como dança das zebras, uma dança que faz parte de um ritual de passagem à fase adulta de uma tribo africana da região de Angola.

De acordo com os estudos de Soares (1998), a capoeira no século XIX era praticada principalmente por escravizados urbanos no Rio de Janeiro. Nesse período, é importante notar que havia certa organização entre os capoeiras, que se dividiam em grupos, conhecidos como maltas. As maltas consistiam em agrupamentos de escravizados ou libertos, em sua maioria negros, mas também havia brancos, que variavam de vinte a mais de uma centena de componentes.

Durante o período do Império era possível perceber um grande predomínio das maltas no Rio de Janeiro. Cada malta se apropriava simbolicamente de um espaço da cidade, que era conquistado pelas lutas entre estes grupos. Essa rivalidade fazia parte do processo de conquista territorial de cada grupo para se fixar no meio urbano. Assim, cada malta se localizava numa “freguesia” particular:

A malta Cadeira da Senhora ficava na freguesia de Sant'Anna; a Três Cachos, na freguesia de Santa Rita; a Franciscanos, na freguesia de São Francisco de Assis; a Flor da Gente na freguesia da Glória; a Espada, no largo da Lapa; a Guaiamun, na freguesia da cidade nova [...]. (REIS apud MORAES FILHO, 2000, p. 22)

A rivalidade entre as maltas era mais acentuada entre as duas maiores maltas existente no Rio de Janeiro em meados do Século XIX: A malta Nagoa e a malta Guaiamun. De acordo com Soares (1994) os Guaiamus controlavam a parte central da cidade, enquanto que os Nagoas ocupavam a área periférica em torno do centro.

Com o passar dos anos, a capoeira vem se mostrando como uma forma de resistência aos preconceitos sociais e, de crime a cultura, ela vem se fortalecendo cada vez mais pela sua filosofia de vida e manutenção das raízes culturais afro-brasileiras. A forma como a capoeira era vista pela sociedade em seus primórdios nos permite ter uma visão da forma racista e preconceituosa que predominava no Brasil colonial a respeito da cultura negra, e que persiste ainda hoje, mesmo com a criação de leis para combater o racismo. Um dos principais obstáculos vencidos com relação ao racismo foi a criação da lei 10639/03, que institui o ensino da história da África e do negro no Brasil nos ensinos fundamental e médio.

A capoeira, antes vista como crime, praticada em sua maioria pela população escravizada e pelos excluídos, foi adquirindo respeito e sendo reconhecida culturalmente, vencendo preconceitos e se mostrando como uma verdadeira filosofia de vida. A importância do estudo das origens da capoeira teve por objetivo complementar a análise a respeito do *Projeto Capoeira Angola* na cidade de Uberlândia.

O grupo de capoeira angola surgiu na cidade de Uberlândia em 1996, sob a coordenação do Professor Guimes Rodrigues Filho³. O objetivo da constituição do grupo tinha por pilares o resgate da cultura negra na cidade de Uberlândia, visando à inclusão social de crianças e adolescentes da comunidade periférica uberlandense.

No início, o grupo não tinha espaço próprio em que pudessem ser administrados os treinos de capoeira e as aulas de musicalização, tendo peregrinado por diversos locais como academias, a Associação de Teatro de Uberlândia (ATU), no mercado municipal e a UFU, no Campus da Educação Física, e, no Campus Santa Mônica, durante os anos de 2004 a 2008.

Foi durante o período em que o grupo fazia os treinos e aulas na ATU que os propósitos do grupo começaram a ganhar formato. Algumas bolsas-auxílio começaram a ser concedidas por meio de doações arrecadadas com as mensalidades de outros alunos e de duas famílias de São Paulo que patrocinavam as bolsas para que os alunos mais necessitados pudessem terminar os estudos. Esse foi o primeiro passo do grupo em direção a uma tentativa de inclusão social desses jovens, principalmente para criar oportunidades de ingresso na universidade.

A realização de um dos primeiros projetos do grupo aconteceu em dezembro de 2003, e culminou no I Encontro Nacional de Capoeira Angola na cidade de Uberlândia, em homenagem à entrega do diploma de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal de Uberlândia ao Mestre João Pequeno, um dos principais mestres da capoeira angola. O Encontro Nacional foi realizado na Universidade Federal de Uberlândia, em parceria com a fundação Palmares. Dentre os principais projetos, se destacam:

- Projeto de Extensão nº 4118/2004 PROEX-UFU do Departamento de Ciências Sociais da UFU: este projeto trouxe, em 2004, a capoeira Angola para dentro da Universidade.
- Projeto Fica Vivo do Governo Estadual: realizado no Bairro Morumbi, por ser

o bairro de Uberlândia com maior índice de homicídios entre a população de 12 a 24 anos.

- Projeto CAPS Tibery: a capoeira Angola como parte do processo terapêutico do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) do município, a dependentes de álcool e drogas.
- Projeto Orquestra de Berimbaus do Fundo Municipal de Cultura (FMC 057/2006/2007): projeto em cujas escolas sedes estudavam jovens com surdez e que simultaneamente foi desenvolvido na UFU. Os participantes foram co-autores de um livro publicado no segundo semestre de 2007, intitulado Capoeira Angola: Uma pequena enciclopédia da cultura afro-brasileira na escola.
- Projeto de Extensão PEIC-PROEX-UFU/ nº 24/2005: uma proposta de tentativa de transformação sócio-cultural através da capoeira Angola. Trabalho realizado na Escola Municipal Prof. Jacy de Assis desde 2004 e que teve início numa quadra comunitária do Bairro, tinha por objetivo ampliar o campo de ação do grupo, possibilitando a participação de mais alunos e em melhores condições de espaço.
- Projeto de Extensão PEIC-PROEX-UFU/ nº 06/2006: A juventude conta história da cultura afro-brasileira através do teatro de mamulengos: A capoeira angola. Trabalho em que foram incluídas as crianças com surdez. A dinâmica incluía, além das aulas de capoeira e de história do negro e do Brasil, aulas de teatralização, em que as crianças construíam bonecos e davam vidas aos personagens criados. A interação entre as crianças ouvintes e as crianças com surdez foi positiva, já que as crianças com surdez se socializaram mais com os colegas da escola, e as crianças ouvintes puderam ter contato com a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).
- Projeto de Extensão PEIC-PROEX-UFU/ nº 13/2007: A Capoeira Animada Angola. Neste projeto os participantes aprenderam a arte da animação gráfica em computadores através da capoeira Angola. Nesse projeto as crianças com surdez também participaram e as aulas de informática foram explicadas às crianças surdas através de um intérprete em língua de sinais.
- Projeto da Lei de Incentivo Municipal à Cultura SMC053-IF: Capoeira Angola na Escola. Projeto que atendeu quatro escolas municipais com o objetivo de ampliar a rede de atividades visando a inclusão social.
- - Projeto do Programa Capoeira Viva do Ministério da Cultura/PETROBRÁS/Museu da República - Projeto 26302/2006: Doutor Mestre João Pequeno: A trajetória do Negro no Brasil através da Capoeira Angola. Este projeto produziu um documentário sobre o Doutorado do Mestre João Pequeno.
- Projeto 36664/2007-2008, do Programa Capoeira Viva do Ministério da Cultura/Fundação Gregório de Matos: a difusão da Capoeira angola através do desenho animado e da produção de livro digital para pessoas cegas e surdas. Este projeto propõe a difusão da capoeira através da produção de uma nova animação sobre a historia da capoeira no Brasil focalizando a guerra do Paraguai. Esta animação contou com uma adaptação para a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), a fim de atender as pessoas com surdez. O projeto desenvolveu ainda a produção da versão digital do livro “Capoeira angola: uma pequena enciclopédia da cultura afro-brasileira na escola, que

também contemplou pessoas cegas e surdas.

Pudemos perceber que, desde 2004, o grupo vem se firmando na realização de projetos que procuram promover o resgate da cultura negra e a inclusão social de alguns segmentos da sociedade civil. No entanto, dentre os diversos indivíduos que já participaram ou participam do grupo, nem todos fazem parte do desenvolvimento das atividades do que aqui chamamos *Projeto Capoeira Angola*. As atividades do *Projeto Capoeira Angola* têm sido desenvolvidas por um número que varia entre 10 e 15 integrantes do grupo de capoeira angola Malta Nagoa. Estes integrantes decidiram atuar nos projetos a partir de sua identificação com a prática da capoeira angola.

Através de uma análise dos projetos e das entrevistas, tentou-se demonstrar como a prática das atividades do grupo nos locais em que opera tende a provocar mudanças nas relações sociais, possibilitando a inclusão social dos membros participantes. A análise contou inicialmente com a coleta de dados e documentos sobre o grupo, que se compõem de históricos (concedido por membros do mesmo), editais de incentivo a projetos de cultura e inclusão social dos quais o grupo concorreu.

A primeira parte do roteiro tinha por objetivo traçar um perfil dos membros do grupo. As atividades são desenvolvidas normalmente por cerca de 10 a 15 integrantes que participaram de todos os projetos. A formação deste grupo que se responsabiliza pelas realizações das atividades que aqui denominamos de *Projeto Capoeira Angola* se deu a partir de uma afinidade entre os integrantes do grupo com a prática da capoeira angola, ou seja, o grupo se encontra unido por um laço de identidade coletiva, que é a capoeira. Esse dado é relevante pelo fato de ser a principal característica revelada na análise do perfil dos integrantes do grupo.

A segunda parte da entrevista contou com um roteiro composto de questões abertas, de modo a responder as principais perguntas da pesquisa. A sondagem abordou as seguintes questões: se através dos projetos eles visualizavam a possibilidade de inclusão social dos participantes e a ampliação dos direitos de cidadania dos mesmos; se o estudo da capoeira angola proporciona uma visão mais construtiva sobre o conhecimento da história afro-brasileira aos participantes; qual a importância das bolsas e recursos que o grupo já obteve para a realização de alguns dos projetos.

Ao questionar o grupo a respeito das oportunidades de inclusão social que os indivíduos que participam dos projetos teriam ou encontrariam acesso, um dos membros entrevistados exemplificou com os próprios resultados já alcançados pelos projetos. De acordo com a resposta do entrevistado, a participação do público-alvo nos projetos permitiria que estes tivessem

o conhecimento e a convivência com outras realidades, como quando os alunos de diferentes escolas interagem nas atividades previstas nos projetos. permite o contato com a própria Universidade, participam de apresentações em eventos em diversos locais da cidade. E o melhor de tudo é que o investimento do grupo na escolarização das crianças e adolescentes como inscrição nos cursinhos

e participação no PAIES.... isso efetiva o direito à educação dessas crianças. (Entrevista com um dos membros do grupo realizada em 20/08/2008)

Nessa fala, pode-se evidenciar o enfoque do grupo ao promover o trabalho nas escolas, que é permitir o acesso a um direito social, o da educação. Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber que a maioria dos projetos tem por público-alvo crianças e adolescentes de escolas da periferia da cidade de Uberlândia. Nesse sentido, o grupo procura conciliar a participação dos alunos nas atividades com a frequência escolar, para que esses alunos não abandonem as aulas nas escolas, o que ocorre com certa frequência nos bairros periféricos.

A pesquisa de campo possibilitou visualizar ainda a dinâmica dos projetos na tentativa de ampliar os direitos de cidadania dos participantes, além de permitir analisar a interação e participação do público-alvo nas atividades. Durante as visitas nas escolas, chamou-nos a atenção o modo como as crianças olham quando se fala que alguns colaboradores são estudantes universitários, parecendo que são pessoas privilegiadas por poderem estudar na universidade. Essa é uma realidade distante da qual elas raramente imaginam, pois muitas sequer terminam o primeiro grau por terem que ajudar a família no sustento da casa e não sobrar tempo para estudar.

Nesse sentido de tentar promover a inclusão dos alunos à universidade, o grupo procurou, em alguns projetos, promover a concessão de bolsa-auxílio (seja de verbas dos projetos ou outro modo informal) aos alunos que estão no segundo grau. Essas bolsas foram utilizadas para complementarem o custeio do passe e alimentação dos alunos que fazem cursinho pré-vestibular.

Em 2006 o grupo trabalhou na tentativa de ampliar a possibilidade de inclusão social ao inserir nos projetos os trabalhos das crianças com surdez. Esse foi um passo importante tomado pelo grupo, pois proporcionou uma maior socialização de crianças com deficiência. A interação ocorreu entre as crianças ouvintes e as crianças com surdez permitiu abrir uma nova forma de interação dentro da própria escola.

Para além do acesso aos direitos da educação, o grupo também possibilitou a inclusão a outros direitos como o de liberdade de expressão e participação na sociedade. Exemplos disso foram encontrados nos produtos que resultaram ao final de alguns projetos, como a criação de uma cartilha sobre a capoeira angola. O livro, intitulado *“Capoeira angola – uma pequena enciclopédia de cultura afro-brasileira na escola”* (ISBN: 978-85-61191-00-9), contou com a co-autoria dos alunos, e foi lançado em dezembro de 2007 em uma noite de autógrafos no auditório Cícero Diniz da Prefeitura Municipal de Uberlândia, com a presença do prefeito da cidade e autoridades.

A análise das propostas contidas nos planos de trabalho desenvolvidos pelo grupo permitiu visualizar de que maneira o grupo vem procurando desenvolver seus propósitos através da realização das atividades. A proposta do grupo com o enfoque voltado para a prática da capoeira angola se dá pela identificação do grupo com a filosofia da capoeira angola. A capoeira, tanto à época da escravidão como nos dias

atuais, é vista pelos capoeiristas como uma forma de resistência cultural negra. O grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa se constituiu com o propósito de seguir a filosofia da capoeira angola difundida pelo Mestre Pastinha, em que

o capoeirista atento aos princípios da arte que pratica, sabe transportar o conhecimento adquirido simbolicamente na roda de capoeira (onde o jogo se desenvolve) para a grande roda que é a vida. Saber nela se conduzir, saber o momento certo de avançar e também de recuar é um aprendizado, por certo difícil, e que provavelmente não tem fim.(PROJETO A CAPOEIRA ANIMADA ANGOLA).

Seguindo a filosofia da capoeira angola, o grupo vem tentando consolidar suas atividades em espaços sociais menos privilegiados, procurando promover a inclusão social dos indivíduos que vivem nesses locais através do enfoque na educação, que é um direito social de todo cidadão.

4 | OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: DIREITOS E INCLUSÃO

O terceiro capítulo teve por objetivo analisar como se deu na prática, as formas de ações coletivas propostas pelos chamados novos movimentos sociais ou movimentos sociais urbanos, retomando alguns conceitos teóricos na análise.

Os movimentos sociais que surgiram a partir do início da década de 1990 podem ser analisados como uma luta pelo exercício da cidadania. Para se entender melhor o papel dos movimentos sociais como uma ação coletiva, é importante analisar a questão do relacionamento da sociedade civil com o Estado. Nesse contexto, o surgimento de um grande número de movimentos sociais preocupados com a resolução de questões como a exclusão social, a construção e ampliação da cidadania é significativo no processo em que a sociedade civil procura se inserir no âmbito da esfera política.

Nesse sentido, o estudo do *Projeto Capoeira Angola*, proposto nesta pesquisa, tem se mostrado como uma forma de analisar as relações entre segmentos da sociedade civil, no caso os movimentos sociais, e a esfera política, no caso as instituições públicas das quais o grupo capta recursos para desenvolver os projetos a fim de atingir um público alvo mais abrangente. O que se quis destacar aqui foi o desenvolvimento das atividades do grupo com recursos de incentivo cultural “concedido” por instituições públicas, o que denuncia uma prática de assistencialismo estatal, que aparece na divulgação dos resultados dos projetos outorgados à sociedade e pelos representantes municipais, estaduais ou federais.

Através das apresentações em locais públicos com a presença de autoridades, o grupo trabalha com uma forma de reivindicação e pressão às autoridades, para que estas atendam tais reivindicações e atentem para as desigualdades sociais. O papel desses movimentos frente às classes dominantes e ao Estado é relevante pelo fato de que

na realidade histórica, só a postura das classes trabalhadoras diante da cidadania tende, de modo geral, a ser dinâmica e progressiva, enquanto a postura das classes dominantes (bem como do topo burocrático) tende no mínimo a ser estagnacionista, podendo no máximo ser regressiva (SAES, 2003, p.17).

No processo de desenvolvimento do capitalismo, o que se percebe é que os direitos civis aparecem como necessários e os direitos políticos e sociais como contingentes. O capitalismo, para desenvolver a relação entre capital e trabalho assalariado só pode ocorrer a partir do momento em que se formalizaram os direitos civis, os quais correspondem aos direitos de ir e vir, celebrar contratos e possuir propriedades.

Essa forma de analisar a instauração dos direitos, típica da forma capitalista, retrata a dinâmica da evolução da cidadania a partir do século XVII até a atualidade. percebe-se que Aqui, percebe-se que a participação política integral dos indivíduos na comunidade não ocorre no capitalismo. Esse processo de oscilação dos direitos no contexto brasileiro, decorrentes do caráter das relações entre o Estado burguês e as massas populares, se dá pela forma de agir dinâmica e expansiva na luta pela criação de direitos pelas massas populares através dos movimentos, em oposição à postura regressiva e estagnacionista diante da criação de direitos por parte das classes dominantes nas resoluções das questões sociais.

5 | CONCLUSÃO

No desenrolar deste estudo, procuramos entender as formas de ação dos movimentos sociais na tentativa de promover a ampliação dos direitos de cidadania e sua relação com o Estado, via pressão e luta reivindicatória. Assim, partiu-se para o estudo de um grupo, aqui considerado como uma forma de movimento social, a fim de que se pudesse analisar como são desenvolvidas as ações coletivas promovidas por este tipo de movimento social.

O estudo do *Projeto Capoeira Angola* nos proporcionou ampliar o entendimento sobre práticas sociais, institucionalizadas ou não, que envolvem a questão da construção e exercício da cidadania na sociedade brasileira, além de colaborar para uma melhor compreensão das políticas sociais promovidas através de ações coletivas e de seu impacto na sociedade.

Nesse sentido, pontuamos que através deste estudo foi possível constatar que o grupo, como um tipo de movimento social, vem se empenhando em promover a inclusão social e a conquista dos direitos da cidadania através da realização dos projetos voltados para a área educacional, tentando incentivar segmentos da sociedade a terem o acesso aos seus direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HISTÓRICOS. **Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa, 2004 a 2007** (mimeo)

HOLLOWAY, T. **Polícia no Rio de Janeiro – Repressão e Resistência numa Cidade do Século XIX** (trad. Francisco Castro Azevedo). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997

KARASCH, M.C. **A vida dos Escravos no Rio de Janeiro – (1808-1850)**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Métodos Científicos**. In: **Fundamentos de Metodologia Científica**. Capítulo. 4. São Paulo: Atlas, 1991.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. In: **Cidadania, classe social e status**. Cap.3. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PROJETOS. **Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa, 2004 a 2008**. (mimeo)

REIS, L.V.S. **O Mundo de Pernas pro Ar – a capoeira no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000

SAES, D. A. M. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____. **Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania**. In: *Crítica Marxista*, nº 16, Campinas: Editora Boitempo, 2003.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem Fronteiras – ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SOARES, C.E.L. **A Capoeira Escrava e Outras Tradições rebeldes no Rio de Janeiro – (1808-1850)**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-091-9

